

O umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola)

Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-5300-2817>

Cristine Gorski Severo **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2758-6668>

Resumo: Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa de iniciação científica, que trata sobre a valorização étnico-linguística da língua nacional umbundu em Angola. O objetivo é avaliar o processo de ensino-aprendizagem dessa língua materna angolana como primeira língua (L1), com relação à língua portuguesa como segunda língua (L2), no sul de Angola, na província de Benguela. Enfoca-se o período de letramento escolar, ou seja, quando há o ensino da modalidade escrita do português, língua oficial em Angola, concorrendo com a língua nacional. Para tanto, o artigo apresenta uma contextualização do sistema de ensino do país e da região estudada, com enfoque em uma breve revisão documental; realiza pesquisa de campo com questionário aplicado a professores, dirigentes e pais, totalizando 14 questões e 11 participantes; compara dois currículos do ensino primário. Busca-se, assim, compreender a dificuldade e os desafios de implementação do ensino de umbundu nas instituições escolares da província. O estudo considera, ainda, o uso dessa língua nacional no contexto familiar a partir da perspectiva dos pais consultados. A pesquisa se justifica, pois o ensino de línguas maternas africanas no contexto de Angola tem sido uma tarefa difícil de ser implementada por motivos de preconceitos linguísticos oriundos da época colonial e presentes até os dias atuais. De certo modo, acreditamos que este trabalho contribui para o empenho da esfera educacional angolana de promoção do ensino de línguas nacionais nas escolas, ecoando orientações internacionais (UNESCO, 2010) de incentivo ao ensino em língua materna como política de valorização e de inclusão de crianças na educação básica.

Palavras-chaves: Ensino; Línguas angolanas; Valorização linguística; Língua nacional; Língua portuguesa.

Language teaching in southern angola: the educational sphere in benguela

Abstract: This article is the result of a scientific initiation research project, which deals with the ethnic-linguistic valorization of the Umbundu national language in Angola. The objective is to evaluate the teaching-learning process of this Angolan mother tongue as a first language (L1), in relation to Portuguese as a second language (L2), in southern Angola, in the province of Benguela. It focuses on the period of school literacy, that is, when there is the teaching of the written modality of Portuguese, the official language in Angola, competing with the national language. Therefore,

* angolano, da província de Benguela e falante da língua kimbundu como língua materna. Graduado em Letras-Língua Portuguesa e Literatura (Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC) e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI). Foi bolsista PIBIC em 2021-2022 (UFSC). Integrou como bolsista o projeto de extensão "Literaturas Africanas em Língua Portuguesa" (UFSC/CCE Comunidade). Atualmente realiza um segundo PIBIC 2022-2023, vinculado ao projeto Políticas Linguísticas Educacionais (CNPq/UFSC). E-mail: tchitutumagregorio591@gmail.com

** Professora Associada III da Universidade Federal de Santa Catarina e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). É bolsista do CNPq nível 2. Lidera o grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos. Membro da coordenação do Ren Africa (Applied Linguistics and Literacy in Africa & the Diaspora Research Network, 2018-) e da comissão de Políticas Públicas da Abralín. Publicações recentes incluem a organização dos seguintes livros: "The Languaging of Higher Education in the Global South" (Routledge, 2022), em parceria com Sinfree Makoni, Ashraf Abdelhay e Anna Kaiper-Marquez; e "Políticas e Direitos Linguísticos: Revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas" (Pontes, 2022).UFSC/CNPq E-mail: crisgorski@gmail.com

the article: presents a contextualization of the education system of the country and the region studied, focusing on a brief literature review; conducts a brief field research with a questionnaire applied to teachers, directors and parents, totaling 14 questions and 11 participantes; compares two primary school study plans. Thus, we seek to understand the difficulty and challenges of implementing the teaching of Umbundu in schools in the province. The study also considers the use of this national language in the family context from the perspective of the parents. The research is relevant because African mother tongue teaching in the context of Angola has been a difficult task to implement due to linguistic prejudices from the colonial era and present until the present day. In a way, we believe that this work contributes to the commitment of the Angolan educational sphere to promoting the teaching of national languages in schools, in line with international guidelines (UNESCO, 2010) to encourage mother tongue teaching as an educational policy of including children in basic education.

Keywords: Teaching of Angolan languages; linguistic appreciation; national language; Portuguese language.

Umbundu kweci catiama kelilongiso kolupale wombaka

Lombolokilo: Upange ulu watunda ko projeto okusandiliya kwokufetika kukulihiso, wa tyamela kondando yocitumbulukila celimi lyumbundu lyofeka yongola. Ocimaho okukuliha ndomo elilongiso lyelimi lyutila vongola ndelimi lyatete (L1), lokusokisa lelimi lyoputu (L2), kombwelo yongola, vocitunda Combaka. Tu vanja o tembo yokulilongisa okusoneha vocitumalo celilongiso, ale pamue, eci peli okulilongisa konepa yokusoneha velimi lyoputu, elimi lyatumbikiwa vongola, lyendela pamwamwe lelimi lyetu. Omo lyaco, ocisoneha eci: cilekisa otembo tukasi kelilongiso vimbo lyanoliwa oco tutange, lokuvanja lonjanga kovityapa vyasonehiwa ale; citunga lonjanga okusandiliya volokololo alongisi, ovitunda lolo tate **vamwe** oco vakumbulule apulilo amwe okulinga akwi la kwãla (14) kapulilo; visokisa olonjila vivali vyelilongiso kalima atete. Longila eyi, tupa okulomboloka ovitatamiso lovitangi vyokunena elilongiso lyumbundu kovitumalo vyelilongiso kombaka. Okutanga civanja ndomo elimi lisokupopiwa vapata, okupisa kwevi olotate vipopya. Elongiso eli lisanga omangu ndomo okulungisa alimi ofeka yetu catilã, momo valwa vakwete ovitangi omo lyacikolonha kaputu, vasima okuti okupopia alimi etu aciwa ko omo lyomanu vayolayola kolotembo vyokalye. Omo lyaco, tuci okuti, upange ulu weca ongusu konepa yelilongiso vofeka yo NGOLA, okweca olonjila kolofeka vyokosamwa (UNESCO, 2010) cokupamisa elilongiso lyelimi lyutila ndonjila politica cokweca ondando loku ñisa omalã velilongiso lyutila.

Olondaka-kesapi: elilongiso lyelimi lyutila vongola; okutava elimi; elimi lyofeka; elimi lyeputu.

Introdução

Este estudo aborda a presença (ou ausência) da língua umbundu no sistema educacional da província de Benguela, localizada na região sul de Angola. Para tanto, abordamos o tema do ensino linguístico em Angola e atentamos para as políticas linguísticas educacionais do país. Além disso, contextualizamos a região de Benguela geográfica e historicamente. Vale salientar que o ensino de língua nacional em Benguela ainda é um processo que precisa ser valorizado nas convivências sociais e educacionais, além de ser institucionalizado no sistema curricular de ensino. O uso preponderante dessa língua se restringe, muitas vezes, ao convívio familiar em contextos rurais. Apenas algumas instituições do ensino básico/fundamental situadas nas zonas rurais – zonas chamadas também de *kimbo* na língua umbundu pelos moradores locais, que significa “no

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
interior” ou zona rural – permitem que os professores que dominam a língua umbundo a utilizem como meio de ensino para os alunos com dificuldades de comunicação em língua portuguesa. Contudo, percebe-se que se trata mais de iniciativas individuais do que de políticas educacionais ou culturais.

Nossa pesquisa tem como base metodológica três etapas: contextualização do ensino de língua portuguesa e da relação com o umbundu na região estudada; breve análise documental das regulamentações que orientam a educação básica em Angola, além do mapa do plano de ensino primário na província de Benguela, com foco no município do Lobito; uma breve pesquisa de campo, com questionários aplicados a 11 professores e dirigentes das escolas. Com isso, buscamos compreender a situação da língua umbundo nos contextos escolar e simbólico, e contribuir para o incentivo de uso dessa língua na esfera escolar, em atenção à própria constituição angolana (2010), que prevê, no artigo 19, a valorização e o ensino das línguas nacionais.

Consideramos que a necessidade de institucionalizar a língua umbundu em Benguela, principalmente nas zonas rurais, é de caráter emergencial, para que a educação nesta província seja cultural e linguisticamente inclusiva. A esse respeito, importante mencionar o posicionamento da UNESCO em defesa do ensino em língua materna, valorizando o multilinguismo africano como recurso simbólico, identitário e social relevante, conforme a apresentação do documento *Why and how Africa should invest in African languages and multilingual education* (2010, p. 12):

A força motriz deste documento é um interesse renovado em lidar de forma criativa e construtiva com o multilinguismo africano, e é motivado por duas razões principais. Em primeiro lugar, há provas suficientes (embora não reconhecidas por unanimidade) de que o multilinguismo é um trunfo para o desenvolvimento de uma nação. Em segundo lugar, a África precisa nutrir e maximizar esse traço característico para o bem-estar de seu povo, pois o continente sempre será desfavorecido, tendo abraçado as línguas estrangeiras, por mais enraizadas que estejam na paisagem linguística nacional. Esta questão tem sido recorrente na agenda política, cultural e educacional do continente¹.

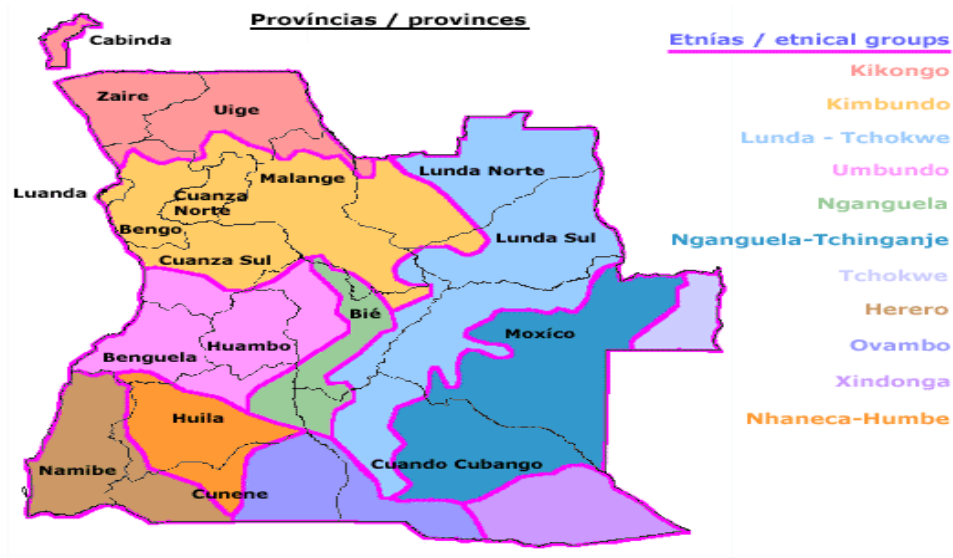
1 “The driving force of this document is a renewed interest in dealing creatively and constructively with African multilingualism, and is motivated by two main reasons. First, there is enough evidence (though not unanimously recognised) that multilingualism is an asset to the development of a nation. Second, Africa needs to nurture and maximise this characteristic feature for the well-being of its people, as the continent will always be disadvantaged, having embraced foreign languages, no matter how rooted these are in the national linguistic landscape. This issue has been recurrent on the policy, cultural and education agenda of the continent.” Para maiores informações, ver: <https://uil.unesco.org/literacy/multilingual-research/why-and-how-africa-should-invest-african-languages-and-multilingual>. Acesso em 04 jul. 2022.

Tendo feito essa breve apresentação, a seguir apresentamos a discussão em duas seções: Abordamos as políticas linguísticas educacionais em Angola e contextualizamos a pesquisa, enfocando a província de Benguela; em seguida, apresentamos os dados levantados e discorremos sobre o ensino de língua portuguesa em Benguela e o papel do umbundo. Registre-se que um dos autores deste artigo é natural da região, vivenciou o processo de escolarização nessa província e é falante de umbundu como língua materna, o que contribui para as reflexões empíricas da pesquisa. Este trabalho pretende contribuir para a institucionalização de políticas educacionais em Benguela que valorizem as línguas nacionais e, assim, fomentem processos de aprendizagem que sejam coerentes com o multilinguismo angolano.

1 Políticas Linguísticas educacionais em Angola e o contexto de Benguela

A problemática envolvendo o ensino de língua portuguesa em Angola, em relação com as línguas nacionais, é um desafio não somente na província de Benguela, mas em todas as 18 províncias de Angola, conforme apontam uma série de pesquisadores (BERNARDO, 2017; SEVERO at al., 2019; SITA, 2019; CHICUMBA, 2019; MINGAS, 2021; EDUARDO, 2022; entre outros). As línguas nacionais em Angola são distribuídas geograficamente da seguinte maneira: (i) kimbundu e suas variantes, falada nas províncias situadas na zona central do país, que são: Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Malanje; (ii) a língua kikongo e suas variantes, falada na zona norte, nas províncias de Cabinda, Uije e Zaire; (ii) a língua cokwe e suas variantes, falada na zona Leste (nordeste a sudeste), conhecida pelas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwandu Kuvangu, sendo considerado uma língua franca na zona norte (KAJIBANDA, 2010; BERNARDO, 2017; SEVERO at al., 2019). Além dessas províncias mencionadas, destacam-se também as províncias do Kunene, com a língua oshikwanyama, e a do Namibe e Huíla, com a língua olunyaneka e suas variantes. E por fim, tem-se a língua umbundu falada na zona do planalto central do país, nas províncias de Benguela, Huambo e Bié.

Mapa 1: Mapa de Angola com destaque a província de Benguela.



Fonte: Kanyanga (2018)²

Em termos legislativos, para abordar a valorização e o ensino da língua nacional (umbundu) no sistema de ensino em Benguela, mencionamos o documento Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (ANGOLA, 32/2020), que afirma o dever do Estado como órgão competente para promover e assegurar as condições de ensino das línguas nas instituições escolares. Mencionamos, também, o Art. nº 16 da Constituição de Angola (2010), que institui a língua portuguesa como língua oficial de Angola e promove o ensino das línguas nacionais nas instituições escolares. A Constituição prevê no seu Art. nº16 (Língua de Ensino) que:

1. O ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnica, materiais e financeiras, para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.

Cabe salientar que Angola, de forma geral, e Benguela, em específico, são contextos bi-multilíngues, em que as pessoas geralmente falam e compreendem mais de duas línguas, muitas vezes misturando essas línguas em suas práticas cotidianas. Essa complexidade linguística muitas vezes é contrastada com a insistência por se usar um modelo monolíngue no contexto escolar, o que gera efeitos negativos nos processos de

² Disponível em: <http://olhoensaios.blogspot.com/2018/06/lingua-do-kwanza-sul-autonomizacao-ou.html#>. Acesso 20 set. 2022.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
aprendizagem, a exemplo das altas taxas de desistência e reprovação³. Sobre o desafio
de se incluir línguas nacionais na esfera educacional, segundo Patatas e Quintas (2019,
p. 15):

Angola é um país multilíngue, contudo, até 2008 o ensino formal em Angola era monolíngue, sendo a língua portuguesa a única língua do ensino e da administração. As línguas endógenas angolanas, tendo sido excluídas do ensino formal até então, são integradas paulatinamente no sistema de ensino, iniciando na primária, quatro anos após a paz nacional (estabelecida em 2002).

Em muitas instituições escolares de Benguela, bem como no seio comunicativo da maioria dos familiares, é notório o desaparecimento da língua nacional. Em nosso contexto de estudo, a observação de campo e as relações informais com amigos e familiares revelam a existência de valoração negativa atribuída ao umbundu, tida como a língua de menor prestígio, se comparada ao português. Segundo dados apresentados por Bernardo (2017), as línguas nacionais de Angola são majoritárias, porém pouco prestigiadas na comunicação social e no sistema de ensino a nível do país. Nesse sentido, podemos dizer que as línguas nacionais de Angola demandam um processo consciente, planejado e ativo de valorização e reconhecimento.

Sobre o contexto da presente pesquisa, Benguela é a segunda maior cidade de Angola, após a capital Luanda. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) (2018), a província conta com uma população de 623.777 habitantes e a área territorial totaliza 2.100 km². É limitada a norte pelo município da cidade portuária de Lobito, a Leste pelos municípios de Bocoio e Kaimbambo, a sul pelo município de Baía Farta, e a oeste pelo Oceano Atlântico. A província de Benguela é constituída pelos seguintes municípios: Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Kaimbambo, Katumbela, Chongoroi, Cubal, Ganda e Lobito. A língua umbundu é a primeira língua dos habitantes locais, embora haja outras línguas faladas por migrantes de outras províncias vizinhas que se estabeleceram por lá, como: cokwé, kimbundu, nhaneka-humbi e outras.

³ A este respeito, mencionamos reportagem recente, publicada no Jornal de Angola a respeito da taxa de crianças fora do sistema escolar (2018). Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=396399>. Acesso 13 out. 2022.

Mapa 2: Mapa de Benguela e seus municípios



Fonte: Conexão Emancipacionista (2011)⁴

Historicamente, Benguela carrega uma herança colonial, uma vez que Angola sofreu o processo de colonização pelos portugueses até 1975⁵. Nesse processo de colonização, destacam-se as missões religiosas como instrumento principal usado pelos portugueses para catequizar e implementar as suas ideologias linguísticas com o fim de reproduzir suas instituições políticas para dominação e conversão dos povos locais:

O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram os seus efeitos em práticas pós-coloniais. Tais técnicas incluíram a produção de línguas consideradas gerais ou africanas através da sua nomeação e codificação a partir de um modelo linguístico e discursivo latino (SEVERO, 2014, p. 12).

Essa política missionária, juntamente com a política colonial, contribuiu para inscrever significados sociais nas línguas africanas, hierarquizando-as em relação à língua portuguesa, tida como língua da identidade portuguesa, de prestígio e de uso escolar (MAKONI; MEINHOF, 2016). A política colonial – de favorecimento jurídico, simbólico e político – da língua portuguesa produziu “a não atribuição de quaisquer tipos de responsabilidades e funcionalidades às línguas locais, bem como a proibição da sua utilização na educação formal dos Angolanos” (MINGAS, 2021, p. 379). Tais significados

⁴ Disponível em: aurelioschmitt.benguela/angola. Acesso 4 jul. 2022.

⁵ Sucintamente, do ponto de vista histórico, embora registre-se a presença portuguesa em 1482 no Cabo de Santa Maria, foi somente a partir de 1578 que se deu a fixação portuguesa na região da província de Benguela, perto da atual Porto Amboim. A fixação portuguesa marcou o início da exploração da região sul de Angola (MENEZES, 2015). Neste texto, não iremos aprofundar a historicidade colonial, mas registramos seus efeitos simbólicos ainda hoje, a exemplo da dimensão linguística.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
sociais ainda ecoam atualmente, como o preconceito linguístico que afeta as línguas nacionais, conforme veremos neste artigo.

Além dessas valorações, percebemos as heranças linguísticas coloniais, na província de Benguela, nas denominações dos municípios que integram o território provincial de Benguela, que foram aportuguesadas, a exemplo do termo “Benguela”, de origem umbundu. A raiz desse termo seria “venga” ou “mbenga”, do verbo “okuvenga” ou “okuvengela” que, em português, significa “sujar, turvar ou sujar-lhe”, significado associado à água do rio Catumbela; e a sua escrita em umbundu seria “Mbegela”, que foi nome de um rei do primitivo reino de Benguela, que existiu de maneira independente até a véspera dos primeiros contatos com os portugueses, quando tornou-se vassalo. Assim, esse pano de fundo histórico mostra que “o problema da língua em Benguela está ligado e/ou relacionado com a história das migrações, o cruzamento de grupos etnolinguísticos e a história de uma certa conflitualidade linguística (entre o Umbundu e o Português)” (MENEZES, 2015, p. 30). Entendemos que as valorações sobre os usos linguísticos, bem como os próprios usos, devem levar em conta os efeitos da história colonial.

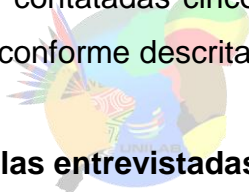
Nos dados registrados no Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, cerca de seis milhões de angolanos/os falam umbundu. A sua área de difusão engloba três províncias que são Viye (Biê), Wambu (Huambo) e Bengela (Benguela). A língua umbundu possui as seguintes variantes: ambwi, kacisanje, kakonda, lumbu, mbalundu, mwanya, ndombe, nganda, sambu, sele, sumbi, viye, cimuma e wuambu. Em Benguela, o umbundu varia conforme a localidade de cada município, a exemplo da ampla variação fonológica envolvendo vários termos usados na língua, o que indexicaliza, também, o grupo etnolinguístico ao qual o falante pertence. No contexto linguístico a que nos referimos aqui, podemos dizer que há, também, predominância de translinguagem (GARCÍA, 2009) em todo território provincial. Segundo García (2009) e Lucena (2021), a definição do termo não se limita ao uso de duas línguas diferentes, mas ao uso de recursos linguísticos e semióticos vinculados a diferentes línguas, modalidades (oral e escrito) e registros linguísticos, constituindo uma realidade linguística e semiótica complexa.

Ao translinguajar, falantes levam a cabo suas intenções comunicativas, utilizando recursos de seus repertórios linguísticos e a compreensão política e histórica de que têm de seus mundos bilíngues. Os recursos linguísticos e semióticos permitem que os sujeitos concretizem ações que são de importância pessoal e coletiva, em um mundo onde o fluxo e o hibridismo de culturas e de línguas são a norma (LUCENA, 2021, p. 30).

Tendo feita esta exposição contextualizada, a seguir apresentamos resultados da pesquisa de campo e levantamento documental sobre a situação da língua portuguesa e da língua umbundu no contexto escolar de Benguela.

2 O ensino de língua portuguesa em Benguela e o papel do umbundu

A presente pesquisa incluiu duas etapas de campo: aplicação de questionário e entrevistas, e análise de um plano de ensino primário na província de Benguela. A coleta de dados foi feita junto a professores, pais e encarregados de educação das escolas do ensino primário de Benguela, por meio de aplicação de questionário, e a realização de uma entrevista com a professora AD1 sobre o plano de ensino primário na província de Benguela, no município do Lobito, localizado na zona alta da cidade. Totalizando, foram aplicadas 14 questões através de um formulário no google forms, enviado aos professores e encarregados de educação na província de Benguela via whatsapp e email. Os participantes desta pesquisa incluem: 7 professores do ensino primário de diferentes escolas de Benguela e 3 pais ou encarregados de educação de crianças que frequentam o 1º nível do ensino básico. Foram contatadas cinco instituições escolares situadas nos diferentes municípios de Benguela, conforme descritas a seguir:



Quadro 1: Lista nominal das escolas entrevistadas e suas respectivas localidades

Nomes das escolas	Localidade/Município
Escola Primária BG nº 2106	Alto Mbango 2 Antenas/Lobito
Escola primária-Yuvu de Benguela	Chongoroi/Benguela
Escola do Ensino Primário Kakombo-Babaera	Ganda/Benguela
Escola Primária BG-1003	Utomba/Benguela
Escola do Ensino Primário nº 1237	Cidade de Benguela

Fonte: Elaboração própria

Este quadro apresenta as escolas do ensino primário com suas respectivas localidades na província de Benguela, distribuídas em diferentes municípios da província. A seguir apresentamos dados referentes aos participantes da pesquisa, considerando localização, atuação e formação.

Quadro 2: Os 11 participantes das entrevistas⁶

Participantes	Localização	Atuação	Outra informação relevante?
Participante 1	Escola localizada em zona urbana, de foco primário no Alto Mbango 2 Antenas do Lobito.	Professora das séries iniciais, da 5ª classe.	Graduada em pedagogia e funcionária pública a mais de 4 anos.
Participante 2	Escola primária-Yuvu de Benguela município de Chongoroi.	Professor das séries iniciais, 3ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 3	Escola do Ensino Primário Kakombo-Babaera, município da Ganda.	Professor das séries iniciais, 2ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 4	Escola Primária BG-1003 do Utomba município de Benguela.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 5	Escola do Ensino Primário nº 1237 cidade de Benguela.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 6	Não informou.	Professor das séries iniciais, 5ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 7	Escola Primária nº177 Victor Sambovo/ Cuquema- Cuito/Bié.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário. Não pertence nas escolas de Benguela.
Participante 8	escola do ensino primário 7041 do município do Bocoio província de Benguela.	Professor das séries iniciais, 5ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 9	Benguela-Lobito	Pai ou encarregado de educação	Vendedora
Participante 10	Benguela-Lobito	Mãe ou encarregada de educação	Vendedora
Participante 11	Benguela-Lobito	Mãe ou encarregada de educação	Servidora pública na administração municipal do Lobito/Benguela

Fonte: Elaboração própria

Quanto às questões aplicadas, foram elaboradas as seguintes perguntas, que envolvem tanto os usos educacionais, como o contexto familiar:

1. O(A) senhor(a) aceita participar desta pesquisa?
2. Qual é o seu nome?
3. Sua titularidade?
4. Se a resposta for diretor ou professor, diga o nome da sua instituição de ensino e o lugar/cidade onde está estabelecida.
5. Sobre o ensino de línguas: quais línguas têm sido ensinadas para os seus alunos/filhos(as) na escola?
6. Nas línguas listadas acima, quais você NÃO domina, nem a escrita e nem a fala?
7. Na escola onde trabalhas ou onde o teu filho(a) estuda, a língua umbundu é lecionada?

⁶ Por questão de sigilo, ocultamos os nomes das pessoas que integraram a pesquisa.

8. Se não, saberias dizer os motivos por não lecionarem?
9. Descrever os motivos aqui.
10. O plano curricular pedagógico da sua escola apresenta o umbundu como língua para ser ensinada aos alunos?
11. Na sua casa, se comunicam com mais alguma língua para além do português?
12. Se sim, qual?
13. Há quanto tempo a língua umbundu é ensinada na sua escola? (se ensinam)
14. Diga por poucas palavras o que você acha sobre o processo de ensinar umbundu e sobre as escolas do ensino primário implementarem a língua umbundu no seu sistema de ensino.

Diante das respostas, as seguintes categorias foram elencadas: 1) Valorização étnico-linguística; 2) Práticas linguísticas no seio familiar; 3) Supremacia da presença da LP na escola; 4) Conhecimento da língua pelos professores; 5) Motivos que levam os professores ao não uso do umbundu no contexto escolar. Apresentamos, de forma sucinta, algumas considerações, fundamentadas com trechos do questionário, sobre cada uma dessas categorias.

1) Valorização étnico-linguística: Verificamos, através das respostas, a existência de uma apreciação social negativa da língua umbundu, como fruto de heranças coloniais, em contraste ao prestígio da língua portuguesa. Apesar disso, percebe-se o reconhecimento do papel cultural da língua e da importância do seu uso na escola para fins de sua valorização. Há, também, um reconhecimento da distinção entre contextos rural e urbano e a relação desses contextos com o uso da língua umbundu. Abaixo seguem trechos ilustrativos:

Faz-se necessário que se ensine nas instituições escolares a língua umbundu, porque ainda é vista como uma língua um pouquinho desprezível, tendo em conta os fatores de colonização. Por tanto, é preciso recorrer ao ensino de base e implementar o ensino desta língua materna, promovê-la e incentiva-la para que se torne uma língua falada e de escolaridade (Participante 3)

Seria muito vantajoso para o processo de ensino-aprendizagem que ocorre em zonas periféricas a qual para eles é a sua língua materna e de uso corrente. (Participante 6)

A língua umbundu é parte das nossas línguas nacionais e o ensino dela demonstrará a valorização da nossa identidade, ou seja, da nossa cultura. (Participante 7)

2) Práticas linguísticas no seio familiar: Para os pais, no que concerne ao uso da língua umbundu dentro do ciclo familiar, 50% das famílias entrevistadas utilizam a comunicação bilíngue. Isto é, para além do português como língua de comunicação familiar, em certas ocasiões, os familiares utilizam a língua umbundu como meio de comunicação. Destacamos o uso da língua umbundu nos casamentos tradicionais, conhecidos como *alambamentos*. Outros rituais incluem algumas celebrações religiosas,

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
..
geralmente dirigidas pelos católicos, em língua nacional. Esse dado é relevante, pois reforça a importância de uma gestão escolar em parceria com a família e a comunidade (PARO; DOURADO, 2001), em prol da valorização da língua umbundu.

3) Supremacia da presença da LP na escola: Sobre a presença da língua portuguesa nas escolas de Benguela, tem-se: 70% das escolas só ensinam a língua portuguesa; 20% das escolas ofertam o ensino do português-inglês, em que o inglês opera como disciplina curricular; e o ensino de português-umbundu totaliza apenas 10% das escolas pesquisadas, nas quais o umbundu opera como meio de ensino para que os alunos compreendam os conteúdos ministrados, geralmente nas localidades rurais. Sobre a defesa do uso do umbundo nas escolas rurais como instrumento de ensino e aprendizagem, o seguinte depoimento é ilustrativo:

seria bom implementarem a língua umbundu no PEA, para que o aluno se sinta familiarizado, sobretudo nas escolas do interior de Benguela em que o umbundu é a língua mais falada, visto que eles têm dificuldades em compreender o português e, como consequência, têm baixo rendimento (Participante 2)

4) Conhecimento da língua pelos professores: Sobre as pessoas entrevistadas, todas elas trabalham em uma instituição na qual a língua umbundu não existe como disciplina e, tampouco, integra o currículo pedagógico. Identificamos que o não uso da língua umbundu está ligado ao fato de a maioria dos professores do ensino primário desconhecer essa língua nacional. Na presente pesquisa, menos de 30% dos professores que foram entrevistados afirmam dominar a língua umbundu. Neste contexto, impõe-se a necessidade de desenvolvimento de competências linguísticas e pedagógicas por parte de todos os professores (SITA, 2019). Isso significa que as políticas linguísticas educacionais devem tanto investir em formação docente, como sensibilizar a comunidade escolar para o respeito e o uso da língua local, uma vez que a educação bilíngue e a valorização da língua materna dos estudantes é um importante instrumento de valorização e transmissão de saberes, além de favorecer os processos de aprendizagem, inclusive, da própria língua portuguesa.

5) Motivos que levam os professores ao não uso do umbundu no contexto escolar: Quando indagamos sobre os motivos que os levam ao não uso do umbundu no contexto escolar, os participantes mencionaram a falta de valorização da língua, pouco uso na esfera escolar, e falta de preparo pedagógico e de formação especializada. Esses motivos atestam a importância de uma política pública educacional comprometida com a formação linguística e pedagógica dos docentes. Abaixo seguem alguns depoimentos ilustrativos:

*[A língua umbundu] Ainda não é valorizada no sistema de ensino angolano. É pouco falada no seio da família, principalmente na cidade. Já é diferente nos **quimbos/kimbos** (nome em língua umbundu, que significa interior/mato ou zona rural) fala-se mais umbundu na família, e na escola a criança é ensinada a língua portuguesa. (Participante 1)*

Um dos motivos é a não implementação da língua umbundu nas escolas de formação de professor, o que leva aos professores do Ensino Primário encontrarem grande problema na transmissão do saber. (Participante 2)

Não faz parte do currículo. (Participante 4)

Falta de professores preparados para este ensino. (Participante 5)

Sobre a inexistência do umbundu nas escolas, cujos professores e dirigentes foram questionados, analisamos o plano de ensino primário na província de Benguela. Essa análise revela que a língua umbundu não recebe atenção formal no plano, sendo que seu uso acaba sendo implícito ou fica a cargo das escolhas e decisões individuais, ao invés de integrar a política escolar, conforme ilustra o depoimento da professora AD1 sobre a realidade de ensino na instituição onde leciona:

a inserção da língua umbundu na escola onde trabalho não é recomendada e nem proibida. Tudo depende do critério de cada professor em encontrar melhor forma de fazer chegar a informação. De uma forma geral, o sistema de educação angolano tem como língua oficial para a transmissão de conhecimento o português. Mas, todo professor que tiver o domínio de uma língua nativa tem autorização para lecionar a mesma.

A seguir, apresentamos uma comparação entre o plano aplicado em Benguela e a proposta de Sita (2019), com enfoque nos primeiros anos de escolarização. Registre-se que os quadros abaixo apresentam as disciplinas ministradas nas fases pré-escolar e de 1^a à 4^a classe das escolas analisadas, tendo sido elaborados a partir dos dados fornecidos pelos professores entrevistados.

Quadro 3: Fase pré-escolar

Nº	Disciplinas	Horário Semanal
1	Comunicação Linguística Literária e Infantil	4
2	Representação Matemática	4
3	Meio Físico Social	4
4	Expressão Manual e Plástica	4
5	Expressão Musical	4

Quadro 4: Fase da 1ª a 4ª Classe

Nº	Disciplinas	Horário Semanal
1	Língua Portuguesa	4
2	Matemática	4
3	Estudo do Meio	4
4	Educação Musical	4
5	Educação Manual Plástica	4

Fonte: Elaboração própria

Comparamos este quadro das disciplinas do contexto analisado com o quadro de disciplinas proposto pelo *Projeto Inovação no Ensino da Leitura em Angola* (P.I.E.L., Angola), citado por SITA (2019), para o Ensino Primário. Segundo o Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Luanda), este projeto está sendo aplicado em 7 zonas linguísticas do país, onde são faladas as 7 línguas nacionais. Definiu-se, pelo mesmo projeto, após a reforma educativa em Angola, um conjunto de 11 disciplinas consideradas fundamentais, distribuídas em função do nível de escolaridade, conforme abaixo (SITA, 2019, p. 11):

Quadro 4: Disciplinas do ensino primário da primeira à sexta classe

Nº	Disciplinas Classes	Horário Semanal					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
01	Língua Nacional	5	5	5	5	3	3
02	Língua Portuguesa	4	4	4	4	5	5
03	Matemática	7	7	7	7	6	6
04	Estudo do Meio	3	3	3	3	-	-
05	Ciências da Natureza	-	-	-	-	4	4
06	História	-	-	-	-	2	2
07	Geografia	-	-	-	-	2	2
08	Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	2	2
09	Educação Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2
10	Educação Musical	1	1	1	1	1	1
11	Educação Física	2	2	2	2	2	2
	Total 11	24	24	24	24	29	29

Fonte: Sita (2019, p. 11)

Pelo que se mostra no quadro, há a inclusão da língua nacional no mapa do plano do ensino primário proposto por Sita (2019). Esse mapa tem como fundamento a *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino 32/20* de Angola. O art.16º da Lei menciona, sobre “língua de ensino” na educação dos angolanos: “3. Sem prejuízo do previsto no nº 1, podem ser utilizadas as demais línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio”. Ou seja, evidencia-se espaço e iniciativas institucionais para a valorização, mesmo que pequena, das línguas nacionais na esfera escolar.

A partir dos resultados apresentados e das breves análises feitas, percebemos que o incentivo e a promoção pelo Estado das línguas nacionais são ainda frágeis, não só na província de Benguela, mas também nas demais províncias do país. Supomos que esta problemática ocorre por dois motivos: o primeiro seria a inexistência nas escolas de formação de professores para o ensino primário com enfoque na prática bilíngue (ensino médio em Magistério Primário e ensino superior em pedagogia para o ensino secundário e geral) por meio, por exemplo, de disciplinas curriculares que capacitem os futuros professores para a educação bi/multilíngue. O que destacamos no decorrer da pesquisa como um ponto relevante com relação à formação docente é a implementação do curso de licenciatura em Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas (Bantu) na Universidade Agostinho Neto (UAN). Talvez, entre as poucas exceções, esta é uma iniciativa capaz de contribuir com a formação docente e o ensino de línguas locais em todos os níveis de ensino.

O segundo motivo seria a falta de investimento em programas bilíngue por parte do ministério da educação com relação: à promoção das línguas nacionais, por meio dos materiais didáticos ou paradidáticos⁷, que são livros que auxiliam o professor na aprendizagem dos alunos; ao estabelecimento de políticas linguísticas relacionadas ao uso das línguas nacionais em modalidade bilíngue nas instituições do ensino básico; à integralização no currículo educacional das línguas nacionais como parte das disciplinas obrigatórias, tanto no ensino básico como no ensino de formação de professores para este nível de ensino; e ao estreitamento da parceria entre a gestão escolar, a família e a comunidade, favorecendo o uso das línguas nacionais como meio de comunicação e de valorização cultural e identitária. Colocando essas iniciativas em práticas, e não apenas

⁷ Em nossa pesquisa tivemos a oportunidade de analisar três livros didáticos voltados para as 3ª, 4ª e 5ª classes e usados nas escolas pesquisadas. Observamos um uso muito restrito e localizado da língua umbundu, a exemplo de uma canção em língua umbundu no manual de educação moral e cívica. De forma geral, essa língua é inexistente ou usada com fins ilustrativos apenas.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
em documentos, estaríamos contribuindo para priorizar a qualidade e igualdade da aprendizagem ao longo da vida, e para estimular o respeito pleno pelo uso da língua materna no ensino e na aprendizagem. Ademais, estaríamos alinhados com a promoção da diversidade linguística, conforme salienta a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, sobre a educação global, no relatório mundial de monitoramento da educação lançado pela UNESCO, em fevereiro de 2016.

As problemáticas levantadas aqui apontam para a necessidade de um viés cultural e intercultural no currículo do sistema educacional, destacando a situação linguística no território de Benguela. O que parece é que os órgãos competentes, que poderiam incentivar uma valorização multilíngue, tanto na comunicação social como nas instituições de ensino a nível nacional, deixaram de lado as leis que supostamente sustentam essa aplicabilidade. Sobre a dimensão legislativa e política, Sita (2019, p. 35) aponta que

Fez-se um Anteprojeto Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais que se remeteu a quem de direito para aprovação, mas que até à presente data não o aprova para sua posterior aplicabilidade. Embora a língua portuguesa tenha sido, em certa altura, importante para a edificação da unidade nacional, a realidade atual do país demonstra que tal unidade também pode ser construída na diversidade, ou seja, o reconhecimento das línguas nacionais não pode ser visto como um impedimento para o desenvolvimento de programas e ações educacionais que incluam essa mesma diversidade. (SITA, 2019, p. 35)

Nota-se, nesta colocação, que existe um projeto Lei atento à valorização das línguas nacionais; porém, a realidade apresentada pelos nossos entrevistados mostra algo diferente, referente à condição da língua umbundu na província de Benguela. Neste caso, devemos considerar o papel da escola como agente promotor de valores sociolinguísticos, de convivência intercultural e de diálogo com a esfera familiar e comunitária.

Ressaltamos, por fim, a importância de uma gestão participativa escola-comunidade como elemento incentivador do multilinguismo angolano, especialmente em atenção ao papel das mulheres (mães) e mais velhos na transmissão de saberes e preservação dos valores, costumes e práticas linguísticas, como nos relembra Mingas (2021, p. 380): “Coube à maioria das mulheres angolanas a ingrata tarefa de garantir a sobrevivência das tradições seculares pois, não tendo sido escolarizadas, usavam as línguas maternas a todo o momento. E, no campo, o povo, continuou a usar prioritariamente as línguas locais e a criar novas obras e coube, aos mais velhos, transmitir às jovens gerações, o conhecimento criado e desenvolvido por todos os integrantes da sociedade.”

Conclusão

Neste trabalho, abordamos as condições da língua umbundu na esfera escolar da província de Benguela, localizada no sul de Angola. Para tanto, foram realizadas entrevistas com professores, dirigentes e pais de cinco escolas primárias. Além disso, consideramos as orientações do Estado, como Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (ANGOLA, 32/2020) e a Constituição angolana (2010). A pesquisa também contou com a experiência empírica de um dos autores, que é natural da região estudada, falante da língua umbundo e testemunha do processo educacional estudado. O artigo problematiza a desvalorização da língua umbundo na esfera escolar, buscando compreender, a partir da perspectiva dos participantes da pesquisa, os motivos para essa desvalorização. Incluímos, também, a fragilidade das políticas de Estado de promoção efetiva e de incentivo da educação bilíngue, seja pela produção de materiais didáticos, seja pela formação de professores em relação às línguas nacionais e à educação bilíngue.

Em termos de questionamentos, indagamos: Por que verificamos um desaparecimento sistemático da língua nacional em Benguela, ou em Angola, sendo que a promoção das línguas nacionais está prevista na Constituição (2010) e na *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino* (Lei n.º. 32/20)? Julgamos relevante aprofundarmos essa questão, pontuando os fatores que foram a causa principal da desvalorização e da não inserção do umbundo no sistema de ensino, que começou na época colonial e que vigora até hoje. Porém, atendendo à especificidade e à delimitação do tema, neste artigo enfocamos apenas um recorte do contexto escolar referente ao uso língua nacional umbundu em Benguela.

Por fim, vale salientar, como desdobramentos futuros: aprofundar a compreensão (i) sobre o processo de ensino-aprendizagem através das línguas nacionais no sistema de educação básica, com enfoque na região sul de Angola; (ii) sobre políticas linguísticas e suas aplicabilidades nas instituições escolares de Angola, especificamente na província de Benguela, que teve como objeto de estudo a língua umbundu e a língua portuguesa. Esse interesse se intensifica especialmente porque um dos autores pertence a esta realidade linguística, o que favorece um estreitamento social e ético com a comunidade local.

Referências

ANGOLA. **Lei nº. 32/20**. Lei que altera a Lei No. 17/16, de 07 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda, Diário da República, 2020.

_____. **Constituição da República**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

BERNARDO, Ezequiel. **Política linguística para o ensino bilíngue em Angola**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, p. 216, 2018.

CHICUMBA, Mateus. A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais. **IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES**, 6-7 dezembro, 2013.

EDUARDO, Albano A. Ensino bilíngue como desafio e passos para mais inclusão no sistema de ensino angolano: Caso Lunda-Norte, 2019-2020. **Njinga e Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), v.2, n. 1, p.35-57, 2022.

GARCÍA, Ofelia. Bilingual education in the 21st century: A global perspective. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.

LUCENA, Maria Inêz. O papel da translíngua na Linguística Aplicada (in)disciplinar. **Revista Da Anpoll**, Florianópolis, v. 52, n. 2, p. 25–43, 2021.

KAJIBANDA, Vítor. (2010). Culturas étnicas e cultura nacional: Uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, Vol. 14, n. 3, p. 97-105.

MAKONI, Sinfre, MEINHOF, Ulrike; Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 191-211.

MENEZES, Bernardo Kessongo. **Harmonização da grafia toponímica do município de Benguela**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, p. 102, 2015.

MINGAS, Amélia A. Línguas e culturas em Angola: Tuzaba mana malele ke zimbembu ai cinkulu ci basi Nsi Ngola. **Njinga e Sepé: Revista Internacional De Culturas, Línguas Africanas E Brasileiras**, v. 1, n. 2, p. 377–385, 2021.

PARO, Vítor Henrique; DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
PATATAS, Teresa; QUINTAS, Joana. Em Angola o ensino bilingue pode contribuir para a
educação e manutenção da paz nacional. **Revista Transversos**, Benguela, vol.1, n. 15,
2019, p. 14-30.

SEVERO Cristine; SITO E Bento; PEDRO José. **Estão as Línguas Nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

SEVERO Cristine; SASSUCO, Daniel; BERNARDO, Ezequiel. Português e Línguas Bantu na educação angolana: da diversidade como 'problema'. **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**, Florianópolis, v. 43, nº 43, p. 290-307, 2019.

SITA, Francisco. **A língua umbundu no ensino primário em Angola: uma abordagem ecológica do currículo escolar**. 177f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Ciências da Educação, Minho, 2019.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022



Para citar este texto (ABNT): TCHITUTUMIA, Gregório Bembua Kambundo; SEVERO, Cristine G. O umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.367-385, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Tchitutumia, Gregório Bembua Kambundo; Severo, Cristine G.. (jan./jun.2023). O umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola) *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 367-385.